

EXPERIÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NOS INSTITUTOS FEDERAIS:

Estado do Conhecimento da produção acadêmica no Brasil
(2010-2024) ¹

STUDENT ASSISTANCE EXPERIENCES IN FEDERAL INSTITUTES:

State of Knowledge of academic production in Brazil (2010-2024)

Paula Maria Zanotelli ⁱ

Maria Clara Bueno Fischer ⁱⁱ

RESUMO: Esta pesquisa, do tipo Estado do Conhecimento, investigou as experiências de Assistência Estudantil nos Institutos Federais (2010-2024), analisando a materialização da política e seus impactos na permanência e conclusão de cursos pelos estudantes. A abordagem metodológica é mista (quali-quantitativa), foram examinados 15 estudos (2 teses e 13 dissertações). Os resultados apontam avanços conceituais, obstáculos estruturais, desigualdades regionais e necessidade de formação continuada das equipes multiprofissionais. Conclui-se que a Assistência Estudantil é estratégica, no âmbito das políticas públicas de educação, para efetivar o direito à permanência e conclusão dos cursos, contribuindo para a promoção da formação humana integral.

Palavras-chave: Estado do Conhecimento. Políticas públicas. Assistência estudantil.

ABSTRACT: This study, designed as a state-of-knowledge review, examined Student Assistance experiences in Federal Institutes between 2010 and 2024. It analyzed how the policy has been implemented and its effects on students' retention and graduation. Using a mixed-methods approach (qualitative and

¹ Este artigo foi articulado a partir do trabalho final da disciplina do Estado do Conhecimento, oferecida em cotutela pelos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ministrada pelas docentes Prof^a Dra. Marília Morosini e Prof^a Dra. Egeslaine De Nez.

quantitative), the research reviewed 15 studies (2 doctoral theses and 13 master's dissertations). The findings highlight conceptual progress, structural barriers, regional inequalities, and the need for ongoing professional development of multidisciplinary teams. The study concludes that Student Assistance is a strategic component of public education policy, ensuring students' right to remain in and complete their programs while contributing to the promotion of holistic human development.

Keywords: State of Knowledge. Public policies. Student assistance.

1 INTRODUÇÃO

Este é um estudo bibliográfico do tipo Estado do Conhecimento (EC) que teve por objetivos sistematizar, categorizar e analisar as pesquisas produzidas no Brasil sobre as experiências da Assistência Estudantil (AE) nos Institutos Federais (IFs). O estudo do Estado do Conhecimento possui caráter bibliográfico e “se refere como a identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo” (Morosini; Fernandes, 2014, p. 102; Ferreira, 2002). Dito de outra forma, o Estado do Conhecimento é um tipo de pesquisa bibliográfica, baseada, principalmente, em teses, dissertações e artigos científicos, pois neste rol de pesquisas é possível conhecer o que está sendo pesquisado em nível de pós-graduação *stricto sensu* de determinada área sobre determinado tema [...]” (Kohls-Santos; Morosini, 2021, p. 12).

O recorte temporal definido foi de 2010 a 2024, considerando o Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES)² em que os Institutos Federais (IFs), com suas particularidades, passam a integrar o conjunto de órgãos executores e promotores de ações de AE, em que, a partir do ano de 2024 passa a se configurar como Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)³.

Considerando que os IFs são instituições de Educação Profissional e Tecnológica que tem como pressuposto a formação humana integral⁴, trazemos como questão de pesquisa a seguinte interrogação: Como se materializam as políticas públicas de AE nos diferentes *campi* dos IFs e qual o impacto dessas experiências e ações na promoção da permanência e da conclusão dos cursos pelos estudantes?

² O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), através do Decreto n.º 7234/2010, determina a construção de normativas de Assistência Estudantil das universidades e Institutos Federais e visa ampliar as condições de permanência dos estudantes nas instituições de ensino (Brasil, 2010).

³ A Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, institui formalmente a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), no âmbito do Ministério da Educação, com o objetivo de ampliar e garantir as condições de permanência e conclusão de cursos de estudantes da educação superior e da educação profissional pública federal (Brasil, 2024).

⁴ Para Kuenzer (2005), a formação humana integral supera a divisão entre formação geral e profissional ao articular ciência, tecnologia, trabalho e cultura. Esse processo, voltado a uma compreensão crítica do mundo do trabalho e de suas contradições, visa preparar estudantes para enfrentar as relações de poder no contexto produtivo.

Em consonância à problemática apresentada, destacamos os objetivos deste estudo: a) mapear as pesquisas produzidas sobre a AE e os IFs; b) sistematizar em forma de quadros e gráficos analíticos as categorias bibliométricas e de conteúdo; c) categorizar e analisar as principais temáticas e questões que emergem acerca das ações da AE com base na PNAES; d) propor e/ou problematizar alternativas para as possíveis lacunas e silenciamentos apontados nos estudos analisados.

Entende-se que este estudo apresenta uma relevância singular por contribuir para o aprofundamento do debate acerca das políticas públicas de AE nos IFs, ao evidenciar os desafios e limites enfrentados e, sobretudo, às potencialidades e transformações suscitadas no recorte temporal.

Nessa perspectiva, a análise se alinha com as reflexões de Frigotto (2017) sobre como, sob o domínio do capital, o trabalho torna-se predominantemente meio de potencializar os processos de exploração e de alienação, o que reforça a necessidade de políticas educacionais que superem essa lógica excludente.

Ademais, o estudo reforça o papel estratégico dos IFs enquanto agentes de promoção da inclusão educacional e da transformação social, dialogando com a concepção de Ciavatta (2005) sobre a formação integrada como formação humana que busca garantir o direito de uma formação integral para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão, integrado dignamente à sociedade em que vive.

Nesse sentido, o trabalho também se insere nas discussões mais amplas sobre justiça social, equidade e democratização do acesso e da permanência na educação pública brasileira, considerando as reflexões de Kuenzer (2005) sobre a dualidade contemporânea da “exclusão includente” e “inclusão excludente”, que se manifesta particularmente na relação entre educação profissional e educação básica, evidenciando a complexidade dos processos no contexto dos IFs.

Este estudo concentra-se nas produções acadêmicas que investigam as configurações da AE nos IFs, focalizando também na relação entre trabalho-educação. Os resultados são analisados a partir da perspectiva crítica, fundamentada no materialismo histórico-dialético. Essa abordagem permite compreender a AE como expressão das contradições do capitalismo, ou seja, uma política atravessada por desigualdades econômico-culturais estruturais. Nesse sentido, trata-se de uma política permeada por tensões e disputas entre projetos societários antagônicos: de um lado, a lógica da formação para o mercado de trabalho e, de outro, a defesa da formação humana integral e emancipadora.

O presente texto está estruturado em três seções. A primeira trata da abordagem metodológica adotada e dos procedimentos utilizados que orientaram a investigação. A segunda é dedicada à análise feita com base nas categorias centrais utilizadas. Por fim, a terceira seção traz as considerações finais, onde são expostas proposições acerca dos resultados encontrados, suas implicações para o campo das políticas públicas de AE e potenciais direcionamentos para pesquisas posteriores.

2 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CENÁRIO NACIONAL: o que os estudos revelam?

A abordagem metodológica utilizada é mista (quali-quantitativa), uma vez que produz dados bibliométricos e de conteúdo que oferecem índices estatísticos relevantes e pertinentes à investigação.

Conforme Silveira (2025) as informações bibliométricas extraídas dos trabalhos “[...] são fundamentais para a análise estatística de elementos-chave, permitindo assim que sejam realizadas discussões mais densas de determinados algoritmos e também as muitas possibilidades de cruzamentos entre as categorias [...]” (Silveira, 2025, p. 50).

Em relação aos procedimentos metodológicos realizamos as seguintes etapas: a) definição dos descritores; b) buscas nas bases de dados Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); c) sistematização dos dados bibliométricos; d) categorização dos temas pré-determinados e emergentes; e) ensaio propositivo das lacunas e silenciamentos encontrados nas análises.

Para as buscas nos repositórios digitais foram definidos os seguintes descritores e operadores booleanos: “ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL” AND “TRABALHO-EDUCAÇÃO” AND “INSTITUTOS FEDERAIS”, onde as aspas representam a aglutinação dos termos. As pesquisas nas bases de dados⁵ foram realizadas no mês de abril de 2025. Ao todo foram encontradas 36 teses e dissertações no portal da CAPES e, 8 na BDTD (bibliografia anotada).

Na etapa da bibliografia sistematizada, os estudos selecionados foram submetidos a critérios de inclusão e exclusão com a intencionalidade de verificar a pertinência e aderência aos objetivos desta pesquisa. Logo, foram excluídos os trabalhos que tinham como foco exclusivo as universidades públicas não contemplando os IFs, os estudos vinculados exclusivamente à área da saúde e as pesquisas que não abordavam diretamente a temática da AE, tratando-a apenas de forma periférica, sem desenvolvê-la como categoria analítica central. Do conjunto de 44 trabalhos encontrados, foram selecionados 15 como *corpus* (13 dissertações e 2 teses). A seguir apresentamos o Quadro 1 que demonstra o processo.

Quadro 1 – Descritores, Repositórios Digitais e Conectivos utilizados nas buscas dos Estudos sobre as Temáticas “Assistência Estudantil” e “Institutos Federais”

DESCRITORES E CAMPOS DE BUSCA						
BASE DE DADOS	DESCRITORES/OPERADORES BOOLEANOS		TIPO DE BUSCA	ENCON-TRADOS	DESCAR-TADOS	UTILI-ZADOS
DBTD/IBICT	“Assistência Estudantil”	AND	Todos os campos	D - 7	D - 5	D - 2
	“Trabalho-Educação”	AND		T - 1	T - 1	T - 0
	“Institutos Federais”			Total - 8	Total - 6	Total - 2
CAPES	“Assistência Estudantil”	AND	Todos os campos	D - 30	D - 19	D - 11
	“Trabalho-Educação”	AND		T - 6	T - 4	T - 2
	“Institutos Federais”			Total - 36	Total - 23	Total - 13
TOTAL DE TRABALHOS SELECIONADOS: 13 DISSERTAÇÕES E 2 TESES						
BUSCA REALIZADA EM ABRIL DE 2025						

Fonte: Elaborado pelas autoras.

⁵ Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/> e <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 11 abr. 2025.

De modo geral, os estudos selecionados abordam: temáticas relacionadas à implementação da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), articulação entre as experiências e ações de AE - permanência e o conclusão do curso dos estudantes, bem como à atuação dos diferentes profissionais envolvidos nas demandas da AE nos IFs. A seguir, apresentamos o *corpus* selecionado para esta pesquisa.

Quadro 1 – Trabalhos Selecionados como *corpus* do Estudo sobre as Temáticas “Assistência Estudantil” e “Institutos Federais”

AUTORA(OR)	TÍTULO DO TRABALHO	TIPOLOGIA	MODALIDADE	ANO DE DEFESA
PIVA, Maqueli Elizabete	Educação profissional brasileira e assistência estudantil nos cursos técnicos: um estudo de caso no IFRS - Campus Sertão	Dissertação de mestrado	Acadêmico	2011
PEREIRA JUNIOR, Ademir Bernardes	Assistência Estudantil como Política Pública na Rede Federal de Educação Profissional – o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais	Dissertação de mestrado	Acadêmico	2012
ABREU, Edna Maria Coimbra de	A assistência ao estudante no contexto da expansão da educação profissional e tecnológica no Maranhão: avaliação do processo de implementação	Dissertação de mestrado	Acadêmico	2012
SOUZA, José Lopes de	Análise da eficiência e eficácia do programa nacional de assistência estudantil para permanência e êxito na educação técnica de nível médio	Dissertação de mestrado	Acadêmico	2019
RESENDE, Cristiane Correa	Os efeitos do programa de assistência estudantil no desempenho acadêmico de estudantes do curso técnico em manutenção e suporte em informática integrado ao ensino médio do IFTM Campus Avançado Uberaba parque tecnológico 2012-2017	Dissertação de Mestrado	Profissional	2019
GAZOTTO, Mireille Alves	O trabalho do(a) Assistente Social na Assistência Estudantil: produção do conhecimento nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social da região Sudeste do Brasil	Tese de Doutorado	Acadêmico	2019
CARDOSO, Antonio Vieira	Análise crítica dos entraves da atuação do psicólogo escolar e educacional no IFCE: perspectivas de superação	Dissertação de Mestrado	Profissional	2019
SILVA, Lucilene Rodrigues	Perspectiva do estudante do Curso Técnico em Agropecuária do Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí quanto a importância e eficácia do Programa de Residência Estudantil para sua formação	Dissertação de Mestrado	Acadêmico	2020

COSTA FILHO, Izaías	Crítica da política de assistência aos estudantes dos Institutos Federais (2002-2020): em exame o Instituto Federal do Paraná	Tese de Doutorado	Acadêmico	2021
NUNES, Gislaine Maia	Atuação dos técnicos administrativos em educação na implementação de políticas públicas de auxílio à permanência dos discentes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - IFB	Dissertação de Mestrado	Profissional	2021
FIRMINO, Fátima Maria Carpes	O psicólogo na assistência estudantil em um campus do IFPB: o que lhe cabe nesse espaço educacional?	Dissertação de Mestrado	Profissional	2022
OLIVEIRA, Adryelle Ferreira de	Assistência Estudantil no IFRN Campus Zona Norte e sua Relação com a Permanência Escolar	Dissertação de Mestrado	Acadêmico	2022
RAVARA, Elen Amaral Siqueira	A política de assistência estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo e seu processo de implementação: a experiência do Campus Itapina	Dissertação de Mestrado	Acadêmico	2023
SILVA, Maria Rita Valões da	O Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica: representações sociais de estudantes do Ensino Médio Integrado	Dissertação de Mestrado	Profissional	2023
PEDROSO, Andreia Pereira	Para além da ponta do iceberg: um mergulho necessário na investigação sobre o trabalho de assistentes sociais nos Institutos Federais frente às transformações do mundo do trabalho	Dissertação de Mestrado	Acadêmico	2024

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Na sequência, apresentamos a evolução temporal dos estudos que articulam as experiências entre AE e os IFs.

Gráfico 1 – Linha temporal dos Estudos produzidos sobre AE e IFs



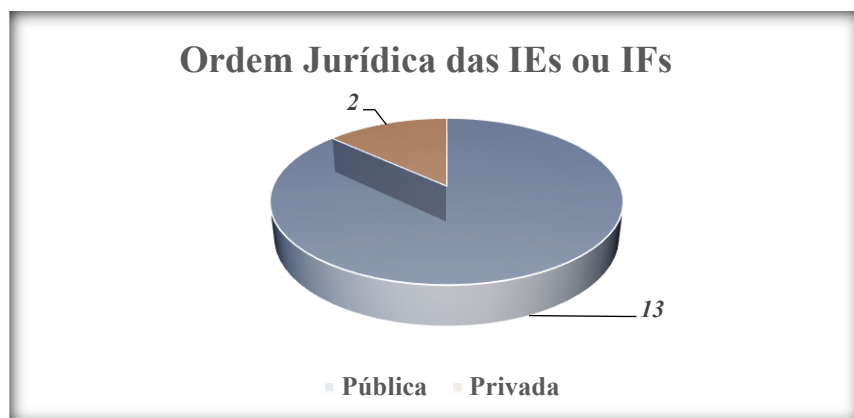
Fonte: Elaborado pelas autoras.

De acordo com o Gráfico 1 constatamos que o ano de 2019 concentra o maior número de pesquisas sobre AE e IFs (n=4) em relação ao total de estudos analisados (n=15), configurando a concentração máxima de produção acadêmica, fenômeno que pode ser atribuído à convergência de fatores cronológicos importantes como, por exemplo, a criação dos IFs pela Lei 11.892/2008, tornando essas instituições objetos de estudo para investigações acadêmicas. Após uma década de implementação das políticas de AE, é possível supor que surgiu a necessidade de estudos avaliativos sobre sua efetividade e impactos reais.

Os anos de 2012, 2021, 2022 e 2023 mantêm uma equidade de publicações (n=2) e este fato pode estar associado à promulgação do Decreto n.º 7.234/2010, que regulamenta o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o que estimulou a realização de estudos voltados à investigação dessa política pública educacional. Sugerimos que o baixo índice de produções na pandemia e Pós pandemia da Covid-19 têm relação direta com as demandas das políticas de AE. Presumimos que se o período de busca for ampliado para o ano de 2025, o número de produções aumentará significativamente em razão da criação da PNAES 2024.

O gráfico seguinte apresenta a tipologia das Instituições de Ensino (IEs) ou Institutos Federais (IFs), que tem produzido conhecimento sobre a AE.

Gráfico 2 – Ordem Jurídica das IES ou IFs onde se originam os estudos sobre Assistência Estudantil



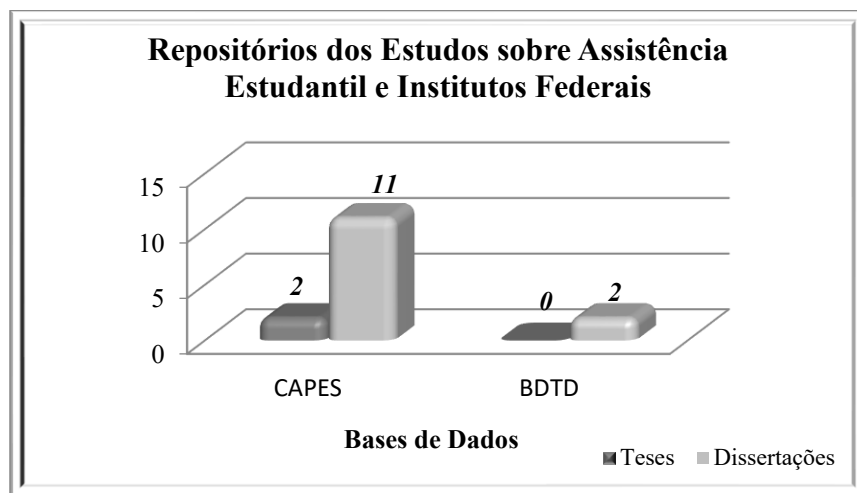
Fonte: Elaborado pelas autoras.

De acordo com o Gráfico 2, constatamos que as pesquisas analisadas neste estudo foram produzidas, em sua grande maioria, por instituições públicas de ensino (n=13).

Dentre elas, a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Apenas dois estudos foram realizados em instituições de ensino privadas, a saber: Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) e Centro Universitário Alves Faria (UniALFA). Há um foco significativo nas instituições públicas, possivelmente em razão de sua vinculação direta a programas governamentais, como a PNAES. Essa predominância também pode estar relacionada à relevância social dos IFs e das Universidades Públicas no cenário educacional brasileiro. As instituições de cunho privado (n=2) pesquisaram a AE em instituições públicas face ao vínculo profissional/institucional.

Gráfico 3 – Repositórios Digitais dos Estudos sobre Assistência Estudantil e Institutos Federais



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Em conformidade ao Gráfico 3, constatamos que há prevalência das dissertações de mestrado (n=13) em relação às teses de doutorado (n=2), considerando o total de produções (n=15). Se analisarmos o Quadro 1, aferimos que estes dados mantêm a simetria quantitativa, entretanto em ambas as bases de dados. Diante dos indicativos afirmamos a relevância de se realizar buscas de pesquisas em mais de um repositório digital, que sejam de domínio público e, na medida do possível, que mantenha paridade de igualdade (pesquisas de Pós-Graduação).

Quadro 2 – Distribuição das Pesquisas nas cinco regiões do Brasil, relacionadas às Temáticas “Assistência Estudantil” e “Institutos Federais”

Região	UF	IES	Qtde. de Trabalhos
Centro-Oeste	DF	ENAP	1
	GO	UNIALFA	1
	<i>Total</i>		<i>1</i>
Nordeste	MA	UFMA	1
	RN	UFRN	1
	PB	IFPB	1
	CE	IFCE	1
	PE	IFPE	1

	<i>Total</i>		5
Sul	RS	UFRGS	1
	PR	UTP	1
	<i>Total</i>		2
Sudeste	MG	IFTM	1
	RJ	UFF	1
	RJ	UFRRJ	3
	SP	UNESP	1
	<i>Total</i>		6
Norte	-	-	-
	<i>Total</i>		0

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Conforme o Quadro 2, verificamos que a região Sudeste concentra o maior número de trabalhos (n=6), resultado que se alinha às expectativas, haja vista sua densidade populacional e concentração de instituições de ensino superior consolidadas, além de sua histórica tradição no desenvolvimento de pesquisas acadêmicas. Em segundo lugar, a região Nordeste concentra cinco (n=5) estudos e, tal indicador pode estar relacionado à maior vulnerabilidade socioeconômica da região. Esta disparidade regional se alarga face a essa questão socioeconômica e as demais assimetrias na infraestrutura educacional do país.

Verificamos que a região Centro-Oeste apresenta um número reduzido de trabalhos (n=1), o que pode estar relacionado ao menor número⁶ de *campi* dos Institutos Federais nesta região.

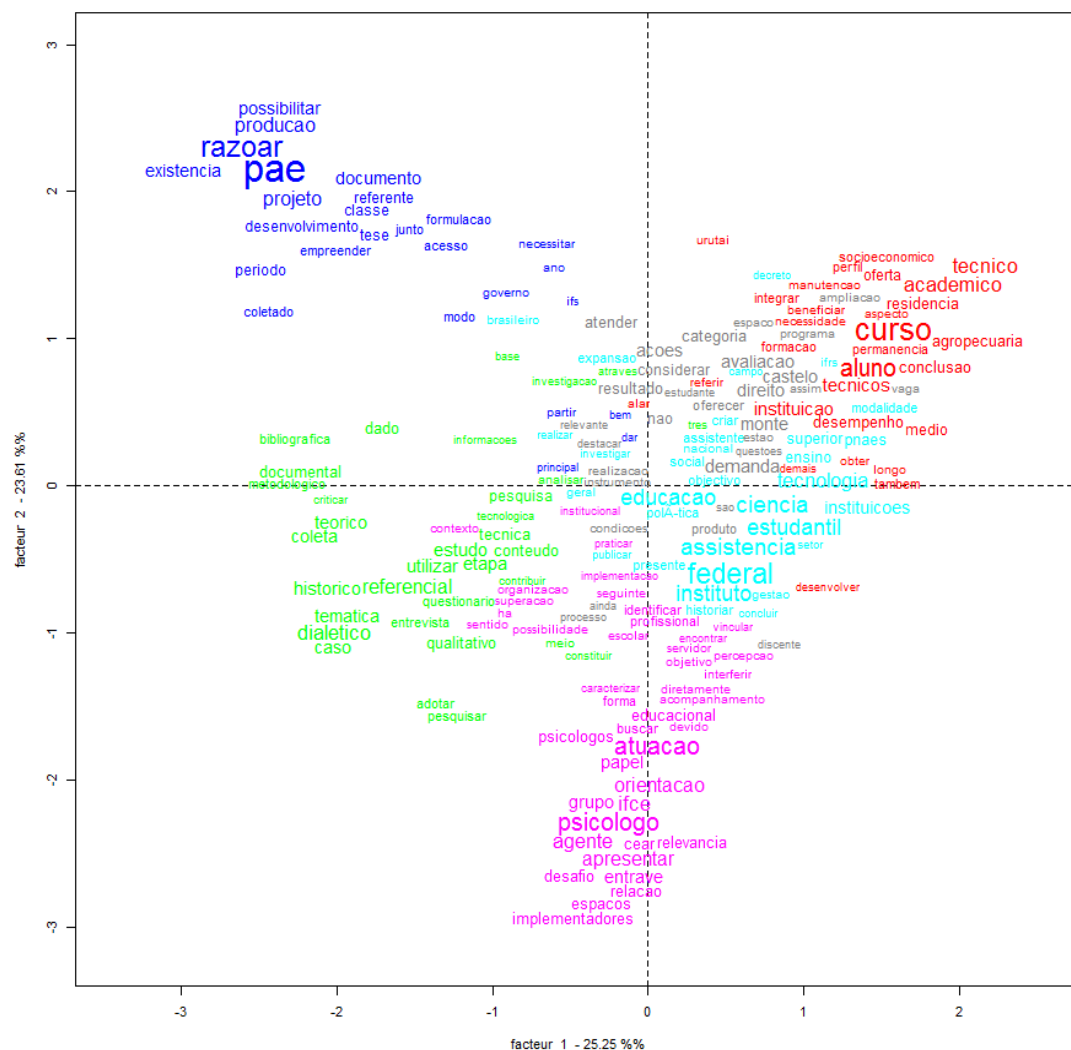
Já a região Sul, embora conte com dois trabalhos (n=2) e disponha de um quantitativo significativo de *campi* dos IFs, também apresenta produção reduzida. Estes dados sugerem a ampliação de pesquisas para compreender as razões que explicam a produção ainda limitada.

Por fim, observa-se que a região Norte não apresenta nenhum trabalho, evidenciando uma lacuna significativa na abordagem do tema, requerendo também estudos e pesquisas que justifiquem tal ausência.

As imagens seguintes contêm uma nuvem de palavras, a análise de Ward e a análise de similitude realizadas a partir dos 15 resumos dos estudos analisados.

⁶ Dados extraídos da Plataforma Nilo Peçanha (PNP), do Ministério da Educação (MEC), que reúne, valida e divulga estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPT). Acesso em: 20 ago. 2025. Link:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojZDhkNGNiYzgtMjQ0My00OGVILWJjNzYtZWQwYjI2OThhYWw1IiwidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGVhYyU4LTgyYjIhMTUzNDhmZi9j>

Figura 1 – Análise Fatorial de Correspondência (AFC) dos resumos analisados do *Corpus* deste estudo

Fonte: Arquivo das autoras, elaborado por meio do *Software IRaMuTeQ*.

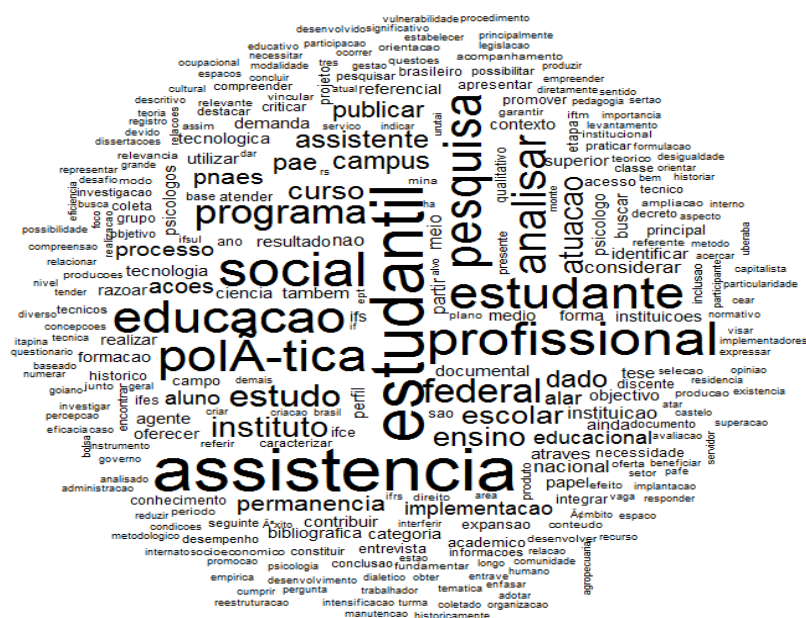
A Análise Fatorial de Correspondência da Figura 1, nos apresenta cinco núcleos temáticos, distintos e que se complementam, assim como permitem identificar possíveis diretrizes e perspectivas das pesquisas sobre AE nos IFs. O primeiro núcleo (bloco azul escuro/quadrante superior esquerdo) agrupa elementos relacionados à dimensão metodológica e à produção científica, com ênfase em projetos e ações de AE, revelando uma orientação voltada para a fundamentação teórica e o aprimoramento das estratégias investigativas no campo das políticas públicas de AE.

O segundo (bloco verde/inferior esquerdo) refere-se a abordagem metodológica de cunho qualitativo, contemplando procedimentos metodológicos diversificados que preconiza a análise de documentos oficiais institucionais (referenciais históricos), sinalizando uma preocupação com o rigor e a fundamentação teórico-metodológica das pesquisas sobre AE.

O terceiro grupo (bloco vermelho/superior direito) trata do perfil do estudante e do contexto institucional, articulando variáveis como condição socioeconômica, modalidades de curso e permanência, indicando a centralidade do estudante como sujeito das políticas. O quarto núcleo (bloco roxo) enfatiza os diferentes tipos de atuação profissional da AE, sobretudo, de psicólogos e assistentes sociais, abordando os desafios e os espaços de intervenção desses agentes na implementação da AE.

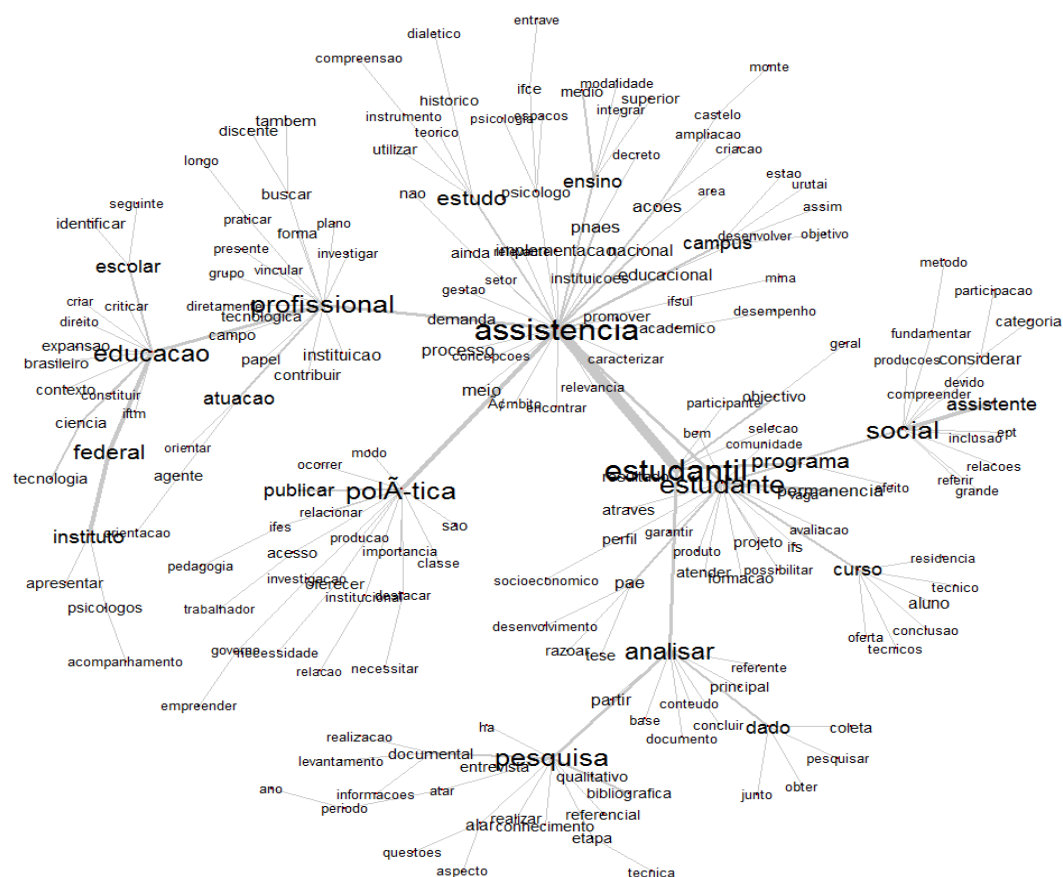
Por fim, o quinto agrupamento (bloco azul-turquesa) articula os conceitos de educação, avaliação e institucionalização das políticas, sugerindo uma linha de investigação voltada à análise crítica da eficácia, dos limites e dos impactos da AE nos IFs.

Figura 2 – Nuvem de Palavras sobre a recorrência de Palavras nos Resumos do *Corpus* desta Pesquisa



Fonte: Arquivo das autoras, elaborado por meio do Software IRaMuTeQ.

Figura 3 – Análise de Similitude das Aproximações Temáticas entre os Estudos Analisados



Fonte: Arquivo das autoras, elaborado por meio do *Software IRaMuTeQ*.

A partir das imagens apresentadas, verificamos que a análise qualitativa sobre a AE revela um tema complexo, que envolve simultaneamente aspectos sociais, educacionais e políticos. As pesquisas abordam, principalmente, políticas públicas, programas das instituições de ensino e formação profissional, demonstrando a diversidade de elementos que compõem esse campo de estudo. A imagem seguinte, Análise Fatorial de Correspondência (AFC) serviu de inspiração para a criação e discussão das categorias centrais desta pesquisa (bibliografia categorizada).

Com o rigor ético que todo estudo científico pressupõe, assinalamos que, para a realização das etapas das bibliografias categorizada e propositiva, utilizamos de forma articulada o *software* *IRaMuTeQ* e a Inteligência Artificial (IA) *ChatGPT 4.0*⁷.

⁷ Disponível em: <https://chat.openai.com/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

3 O CAMPO CIENTÍFICO EM ANÁLISE: tecendo articulações entre categorias teórico-reflexivas

A partir das imagens de AFC e de Similitude geradas pelo *software IRaMuTeQ*, e das leituras dos resumos, títulos e palavras-chave (bibliografias Anotada, Sistematizada e Categorizada), emergiram três categorias, apresentadas na figura abaixo:

Quadro 1 – Categorias de Pesquisa

CATEGORIA 1	Análise de implementação da PNAES nos IFs (7)
CATEGORIA 2	Relação da política de AE com a permanência e o desempenho dos estudantes (2)
CATEGORIA 3	Atuação profissional na AE nos IFs (6)

Fonte: Elaborado pelas autoras.

3.1 Categoria 1: análise de implementação da PNAES nos IFs

A categoria “Análise de Implementação da PNAES (Política Nacional de Assistência Estudantil)” refere-se à investigação crítica e descritiva de como as diretrizes, objetivos e recursos da política são operacionalizados no cotidiano das instituições federais de ensino, nesse caso específico, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), investigando desafios, estratégias e resultados dessa implementação.

Os estudos mostram que cada IF desenvolve políticas de AE baseadas na PNAES, mas adaptadas às suas realidades locais. Estas políticas operam como instrumentos norteadores para que as equipes executem intervenções direcionadas à permanência e a conclusão de cursos pelos estudantes, fomentando direitos e processos emancipatórios dos usuários, independentemente de utilizarem ou não o repasse de recursos financeiros.

Diante disso, de acordo com a PNAES (2024), o auxílio estudantil financeiro é apenas um viés da AE.

Art. 5º O Programa de Assistência Estudantil (PAE) destina-se a estudantes matriculados em cursos presenciais das instituições federais de ensino superior e das instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica.

§ 1º As ações de assistência estudantil do PAE serão desenvolvidas mediante a concessão de benefício direto ao estudante assistido pelo programa e direcionadas a:

I - moradia estudantil;

II - alimentação;

III - transporte;

IV - atenção à saúde;

V - inclusão digital;

VI - cultura;

VII - esporte;

VIII - atendimento pré-escolar a dependentes;

IX - apoio pedagógico;

X - acesso, participação, aprendizagem e acompanhamento pedagógico de estudantes:

a) com deficiência, nos termos da legislação;

b) com transtornos globais do desenvolvimento ou com altas habilidades e superdotação;

c) beneficiários de políticas de ação afirmativa estabelecidas na legislação (Brasil, 2024, n. p.).

Fazem parte dessa categoria analítica sete pesquisas, tendo como ponto de partida a PNAES, porém cada qual enfocando suas experiências em diversas áreas de atuação.

As pesquisas realizadas por Piva (2011), Pereira Junior (2012), Abreu (2012), Souza (2019), Silva (2020) e Oliveira (2022) abordam aspectos administrativos, operacionais e de gestão da Política de AE, com destaque para estudos de caso e relatos de experiências. Entre outras, são realizadas reflexões e análises críticas sobre o desenho, implementação e efetividade das políticas, bem como a caracterização social e econômica dos estudantes beneficiados ou em situação de vulnerabilidade⁸.

Com base nas dissertações e teses encontradas, dentre as ações do Programa de Assistência Estudantil (PAE) promovidas pelos *campi* dos IFs, destacam-se: o auxílio financeiro, atividades extracurriculares na área da cultura, do lazer e do esporte, alimentação, apoio pedagógico (composta de aulas de reforço por monitoria não remunerada), assistência médica e odontológica, seguro de vida e seguro contra acidentes pessoais, auxílios financeiros, auxílio alimentação, auxílio transporte e auxílio moradia, atendimento psicossocial com psicólogos e assistentes sociais (IFSULDEMINAS); o internato escolar (IFRS - Campus Sertão); bolsa de assistência ao estudante, auxílio transporte e moradia, serviço médico e odontológico (IFMA - Campus Monte Castelo); o Programa de Residência Estudantil (IF Goiano - Campus Urutaí); auxílio transporte e moradia, regime residência e restaurante estudantil (IF Goiano - Campus Urutaí) e Programa de Bolsa de Iniciação Profissional, Programa auxílio-Transporte, Programa Alimentação Escolar, Programa Fardamento e Programa de Apoio à

⁸ O conceito de vulnerabilidade refere-se a indivíduos e famílias com perda ou fragilidade de vínculos afetivos, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos ou indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (Brasil, 2005, p. 33).

Saúde Estudantil (IFRN - Campus Zona Norte) (Piva, 2011; Pereira Junior, 2012; Abreu, 2012; Souza, 2019; Silva, 2020; Oliveira, 2022).

De maneira geral, os autores ressaltam que as ações da AE nas instituições estudadas representam componente essencial tanto para a permanência estudantil quanto para a materialização dos ideais de inclusão e justiça social. Todavia, apesar dos avanços consideráveis na operacionalização desses programas por meio da PNAES, os estudos revelam a persistência de desafios estruturais que obstaculizam o desenvolvimento e a institucionalização plena da política.

As pesquisas também identificam algumas limitações para a implementação das políticas de AE, quais sejam: a escassez de recursos financeiros, humanos e materiais; a inadequação da infraestrutura institucional; a necessidade de expansão da política de AE; a urgência em compreender melhor a função e o papel da AE, transcendendo a concepção assistencialista que, eventualmente, lhe é atribuída, uma vez que diversos fatores incidem sobre a permanência estudantil, extrapolando as dimensões puramente econômicas.

Ainda com relação a implementação da PNAES, Costa Filho (2021), investiga as razões que respaldam e justificam a formulação, implementação e acesso à Política de Assistência aos Estudantes (PAE) nos IFs, particularmente do Instituto Federal do Paraná (IFPR), no contexto dos projetos de desenvolvimento do país durante os governos do PT (2002-2020).

A pesquisa possibilitou constatar que a PAE tem como razões a inclusão e expansão da educação, bem como deve estar integrada a projetos de ensino, pesquisa e extensão. Ainda que não apresentado de forma explícita no texto, apontou também que os estudantes necessitam de um melhor acolhimento no que tange às questões pedagógicas e psicológicas.

3.2 Categoria 2: relação da política de Assistência Estudantil com a permanência e o desempenho dos estudantes

De acordo com a Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), objetiva expandir e assegurar a permanência dos estudantes nos IFs, efetivando o compromisso de consolidar um modelo educacional público, gratuito e de qualidade, orientado pelos princípios da democratização do acesso e da promoção da equidade na educação profissional.

A categoria analítica em questão compreende duas pesquisas que analisam empiricamente a articulação entre as experiências e as ações de AE e os indicadores educacionais, identificando na PNAES um mecanismo fundamental para a diminuição das desigualdades e a consolidação de práticas educacionais equitativas.

Os estudos realizados por Ravara (2023), reforçam essas questões ao analisar a contribuição da política de AE na permanência e conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia no Instituto Federal do Espírito Santos (IFES), Campus Itapina. Os resultados indicam que uma porcentagem significativa da primeira turma do curso de Pedagogia foi beneficiada pela política de AE, sendo fundamental para a permanência e conclusão do curso por parte destes estudantes. Para a autora, a pesquisa também contribuiu para que o IFES possa realizar maiores e melhores reflexões na tomada

de decisões, objetivando fortalecer e ampliar a garantia de condições de permanência do estudante em vulnerabilidade econômica, assim como concluir o curso escolhido.

Ainda na esteira das experiências e ações da AE, Resende (2019) foca nos efeitos da PNAES no desempenho acadêmico de estudantes do curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio no IFTM. Nessa direção, a pesquisa reforça que além de garantir a presença física dos estudantes, a política de AE influencia qualitativamente no desempenho escolar ao possibilitar: acesso a recursos de aprendizagem que, de outra forma seriam inacessíveis; estabilidade emocional, por meio de suporte psicológico e social; maior engajamento e autoestima, ao sentir-se acolhido e pertencente ao espaço escolar/acadêmico.

3.3 Categoria 3: atuação profissional na Assistência Estudantil nos IFs

A presente categoria abrange estudos centrados na atuação dos profissionais específicos que atuam no planejamento e execução das políticas de AE nos IFs. Essa categoria concentra-se na análise das práticas profissionais, dos desafios enfrentados no cotidiano de trabalho e dos saberes socialmente construídos e historicamente situados, necessários ao desenvolvimento das ações de assistência estudantil nessas instituições.

A atuação profissional na política de AE ocorre de forma interdisciplinar e exige um trabalho articulado entre diferentes áreas do conhecimento e campos de atuação. Essa política abrange profissionais de formações diversas como assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, nutricionistas, enfermeiros, gestores educacionais e outras especialidades do quadro dos Técnicos Administrativos em Educação que desempenham responsabilidades específicas e complementares no atendimento às necessidades dos estudantes

O foco dos estudos está na percepção, configuração e contribuição dos profissionais que atuam na AE nos IFs, considerando os tensionamentos e obstáculos que existem na implementação da PNAES nas instituições pesquisadas. Conforme veremos a seguir, de maneira bastante expressiva, a atuação do psicólogo e do assistente social prevaleceram nas pesquisas.

Cardoso (2019), analisa os entraves da atuação do psicólogo escolar e educacional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) - Campus Fortaleza, identificando desafios e possibilidades de superação. Os resultados apontam a relevância de se revisar e avaliar os referenciais da atuação do psicólogo no IFCE, além de promover discussão na instituição de uma forma ampla sobre o papel dos profissionais da AE.

Firmino (2022) investiga a percepção dos Psicólogos Escolares na Assistência Estudantil de um campus⁹ do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) sobre a relevância de seu fazer profissional. De acordo com a autora, os resultados mostram que os psicólogos veem sua

⁹ O autor destaca no *corpus* da dissertação que o Campus investigado não foi identificado por razões éticas, objetivando manter o sigilo dos participantes da pesquisa e do Campus específico, bem como destaca que a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFPB, por meio da Plataforma Brasil, tendo sido aprovado conforme Parecer nº 4.058.974, de 29 de maio de 2020 (Firmino, 2022).

atuação na AE como essencial para o desenvolvimento humano e a inclusão social. Seu trabalho contribui diretamente para a permanência e o êxito dos estudantes (Firmino, 2022).

Gazotto (2019), analisa as particularidades do trabalho do assistente social na efetivação da política de AE, a partir das dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social públicos da região Sudeste. Silva (2023), analisa as representações sociais do Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) construídas por estudantes dos cursos de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) - Campus Belo Jardim. Pedroso (2024), por sua vez, analisa a configuração do trabalho de assistentes sociais na AE dos IFs do Rio Grande do Sul, identificando precarização e intensificação do trabalho.

Conforme apontam Gazotto (2019), Silva (2023) e Pedroso (2024), os estudantes associam o assistente social principalmente à concessão de bolsas e à orientação sobre direitos estudantis. Contudo, mesmo com a ampliação dos espaços de atuação nos IFs por meio da PNAES, o trabalho desses profissionais ainda enfrenta condições de precarização, limitando sua atuação ao atendimento das demandas imediatas da AE e restringindo o potencial de uma intervenção mais ampla. A análise revela que os desafios enfrentados pelos assistentes sociais são semelhantes em diferentes regiões do país, evidenciando problemas estruturais na categoria profissional e abrindo espaço para uma reflexão necessária sobre os processos de trabalho desses profissionais nos IFs.

Nunes (2021) investigou a atuação dos agentes de linha de frente na implementação das políticas de AE do Instituto Federal de Brasília (IFB), focalizando as orientações burocráticas, profissionais e valorativas desses agentes. A pesquisa buscou destacar o trabalho desempenhado pelos técnicos administrativos em educação dos IFs, apresentando os desafios enfrentados por esses profissionais e as estratégias que desenvolvem para oferecer o devido suporte aos estudantes.

Os resultados da investigação demonstraram que assistentes sociais e psicólogos fundamentam sua atuação principalmente na formação universitária, nas experiências profissionais anteriores e nos respectivos códigos de ética, caracterizando uma prática centrada na orientação profissional.

Em contrapartida, pedagogos e técnicos em assuntos educacionais desenvolvem suas atividades predominantemente baseados na orientação burocrática, evidenciando distintas abordagens de trabalho entre as categorias profissionais que compõem as equipes de AE nos IFs.

Sobre este aspecto, sugerimos a realização de novas pesquisas empíricas que analisem de maneira sistemática as práticas profissionais, considerando os fatores históricos, sociais e institucionais que as configuram no contexto da educação profissional e tecnológica, possibilitando uma compreensão crítica mais aprofundada desse fenômeno e de suas repercussões no campo educacional.

Com base nos achados, elaboramos um quadro síntese com os principais resultados da pesquisa, assim como as proposições decorrentes, de modo a contribuir para o avanço das reflexões relacionada à AE nos IFs:

Quadro 2 – Principais resultados da pesquisa

CATEGORIAS	RESULTADOS	PROPOSIÇÕES
Categoria 1: Piva (2011), Pereira Junior (2012), Abreu (2012), Souza (2019), Silva (2020), Oliveira (2022).	- Limitações para a implementação das políticas de AE, e a persistência dos desafios estruturais (financeiros, humanos) que dificultam o desenvolvimento e a institucionalização plena da política.	- Identificar as fragilidades das políticas de AE e promover articulações intersetoriais para uma assistência estudantil adequada às demandas dos estudantes. - Promover a formação continuada dos profissionais que compõem a equipe de AE (pedagogo, psicólogo, assistentes sociais, técnicos administrativos, supervisores e gestores).
Categoria 2: Ravara (2023), Resende (2019)	- A política de AE influencia qualitativamente no desempenho escolar, na garantia de presença física dos estudantes. - Reavaliar a tomada de decisões em relação às ações da AE, objetivando fortalecer e ampliar a garantia de condições de permanência do estudante em suas múltiplas vulnerabilidades.	- Reavaliar a política de AE com vistas a equilibrar e ampliar as diferentes modalidades de suporte nas esferas financeira, pedagógica e psicossocial, visando atender as demandas dos estudantes.
Categoria 3: Cardoso (2019), Firmino (2022), Gazotto (2019), Silva (2023), Pedrosa (2024), Nunes (2021).	- Reavaliar a atuação do psicólogo para o desenvolvimento humano e a inclusão social. - Os estudantes associam o assistente social à concessão de bolsas e à orientação sobre direitos estudantis - Os assistentes sociais enfrentam problemas similares em diferentes regiões do país, - Pedagogos e técnicos em assuntos educacionais desenvolvem atividades predominantemente em aspectos burocráticos	- Necessidade de ampliar e aprofundar a compreensão do trabalho das equipes multiprofissionais. - Dar maior visibilidade e importância a atuação de pedagogos, gestores educacionais e outros técnicos administrativos.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O Quadro 2 apresenta a última etapa da pesquisa do Estado do Conhecimento (Bibliografia Propositiva). Acreditamos que as proposições feitas serviram de referência para a conclusão deste estudo, todavia, podem ser ampliadas por pesquisadores e pesquisadoras que se debruçam em estudar as mesmas temáticas, envolvendo um ou mais campos do conhecimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos estudos evidenciou contribuições significativas para o campo de conhecimento, oferecendo aprofundamentos teóricos importantes no que tange às políticas de AE nos IFs, especialmente com relação às experiências e ações realizadas nos diversos *campi* do país. Tais produções evidenciam, em diferentes proporções, os desafios enfrentados e as potencialidades presentes em cada realidade institucional.

Neste estudo mapeamos e discutimos as pesquisas realizadas sobre a Assistência Estudantil e os Institutos Federais no recorte temporal de 2010 a 2024. Em cumprimento às etapas do Estado do Conhecimento apresentamos quadros, imagens e gráficos analíticos que correspondem a duas bibliografias do método: anotada e sistematizada. Também, formulamos categorias centrais ao estudo que culminaram em proposições acerca das emergências e desafios identificados nas pesquisas analisadas.

A partir das análises, verificamos contribuições importantes para a compreensão das políticas de permanência na educação profissional e tecnológica brasileira. Ao mapearmos as produções acadêmicas, evidenciamos avanços teóricos significativos na caracterização das experiências e ações regionais e institucionais, o que nos permitiu identificar tanto as potencialidades quanto os limites estruturais que permeiam a implementação dessas políticas nos diferentes *campi* dos IFs.

No que se refere à atuação profissional na AE nos IFs, as pesquisas sinalizam a importância das equipes multiprofissionais na efetivação das políticas de permanência estudantil. Observamos que esses profissionais desempenham papéis fundamentais, embora suas práticas ainda estejam, predominantemente, voltadas para aspectos burocráticos e ações assistenciais pontuais, nas quais predomina a concessão de auxílios financeiros.

Ainda mais, os estudos indicaram a necessidade de fortalecer a formação continuada das equipes que atuam na AE, bem como promover a articulação entre diferentes áreas do conhecimento e reestruturar as práticas profissionais desenvolvidas no cotidiano institucional. Tais medidas visam à consolidação de uma política de AE que esteja efetivamente comprometida com a formação humana integral, entendida como um processo que contempla não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também as múltiplas dimensões dos estudantes, incluindo as sociais, emocionais, culturais, éticas, políticas e psicológicas.

Nesse sentido, reafirmamos a importância de uma atuação abrangente e articulada nos IFs, capaz de superar práticas pontuais e fragmentadas, contribuindo para a construção de ambientes escolares mais inclusivos, equitativos e promotores de permanência e da conclusão dos cursos pelos estudantes.

Por fim, enfatizamos que esta investigação se constitui como um importante referencial para pesquisas futuras que abordem temáticas correlatas ao contexto da AE e da educação profissional e tecnológica. As categorias bibliométricas e de conteúdo sistematizadas neste estudo viabilizam diferentes possibilidades de cruzamentos analíticos, além de permitir o aprofundamento das análises a partir das representações visuais geradas pelo *software IRaMuTeQ*. Destacamos ainda o uso de

recursos de inteligência artificial, como o *ChatGPT* e o *Claude AI*, como ferramentas metodológicas complementares no tratamento e análise de dados em pesquisas do tipo Estado do Conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Edna Maria Coimbra de. A assistência ao estudante no contexto da expansão da educação profissional e tecnológica no Maranhão: avaliação do processo de implementação. 2012. 197 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004. Brasília, novembro de 2005. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/normativas/pnas2004.pdf. Acesso em: 06 abr. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010: Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Diário Oficial da União, Brasília, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 03 jun. 2025.
- BRASIL. Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Diário Oficial da União, Brasília, DF, p. 5, 04 jul. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14914.htm. Acesso em: 06 jun. 2025.
- CARDOSO, Antonio Alan Vieira. Análise crítica dos entraves da atuação do psicólogo escolar e educacional no IFCE: perspectivas de superação. 2019. 139 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.
- CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. Revista Trabalho Necessário, Niterói, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 14 abr. 2025.
- COSTA FILHO, Izaias. Crítica da política de assistência aos estudantes do Instituto Federal (2002 - 2020): em exame o Instituto Federal do Paraná. 2021. 500 f. Tese (Doutorado) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2021.
- FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. Educação & Sociedade, Campinas, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FfrdCtqfp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 jan. 2022.
- FIRMINO, Fátima Maria Carpes. O psicólogo na assistência estudantil em um campus do IFPB: o que lhe cabe nesse espaço educacional? 2022. 100 f. Dissertação (Mestrado-Educação Profissional e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação da Paraíba, João Pessoa, 2022.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Dermeval Saviani e a centralidade ontológica do trabalho na formação do “homem novo”, artífice da sociedade socialista. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 21, n. 62, p. 509-519, jul. 2017.

GAZOTTO, Mireille Alves. O trabalho do(a) Assistente Social na Assistência Estudantil: produção do conhecimento nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social da região Sudeste do Brasil. 2019. 248 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Franca, 2019.

KOHL-SANTOS, Pricila; MOROSINI, Marília Costa. O revisitar da metodologia do estado do conhecimento para além de uma revisão bibliográfica. *Revista Panorâmica Online*, Pontal do Araguaia, v. 33, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1318>. Acesso em: 02 out. 2024.

KUENZER, Acacia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. *In*: SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, José Claudinei, SANFELICE, José Luís (Org.). *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 77-96.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. *Educação Por Escrito*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/poescrito/article/view/18875/12399>. Acesso em: 03 jun. 2025.

NUNES, Gislaine Maia. Atuação dos técnicos administrativos em educação na implantação de políticas de auxílio à permanência dos discentes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - IFB. 2021. 100 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Governança e Desenvolvimento) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2021.

OLIVEIRA, Adryelle Ferreira de. Assistência Estudantil no IFRN Campus Zona Norte e sua Relação com a Permanência Escolar. 2022. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

PEDROSO, Andreia Pereira. Para além da ponta do iceberg: um mergulho necessário na investigação sobre o trabalho de assistentes sociais nos Institutos Federais frente às transformações do mundo do trabalho. 2024. 183 f. Dissertação (Mestrado em Política Social e Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

PEREIRA JUNIOR, Ademar Bernardes. Assistência Estudantil como política pública na Rede Federal de Educação Profissional - o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. 2012. 119 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

PIVA, Maqueli Elizabete. Educação profissional brasileira e assistência estudantil nos cursos técnicos: um estudo de caso no IFRS - Campus Sertão. 2011. 73 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2011.

RAVARA, Elen Amaral Siqueira. A política de assistência estudantil do instituto federal de educação, ciência e tecnologia do espírito santo e seu processo de implementação: a experiência do Campus Itapina. 2023. 57 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2023.

RESENDE, Cristiane Correa. Os efeitos do programa de assistência estudantil no desempenho acadêmico de estudantes do curso técnico em manutenção e suporte em informática integrado ao ensino médio do IFTM. 2019. 154 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Tecnológica) – Instituto Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2019.

SILVA, Luci Rodrigues. A perspectiva do estudante do Curso Técnico em Agropecuária do Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí quanto a importância e eficácia do Programa de Residência Estudantil para sua formação. 2020. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.

SILVA, Maria Rita Valões da. O assistente social na Educação Profissional e Tecnológica: representações sociais de estudantes do ensino médio integrado. 2023. 148 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Olinda, 2023.

SILVEIRA, Carlos Alessandro da. A EJA na Economia Solidária: uma sistematização da produção do conhecimento acadêmico no período de 2004 a 2023. 2025. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2025.

SOUZA, José Lopes de. Análise da eficiência e eficácia do programa nacional de assistência estudantil para permanência e êxito na educação técnica de nível médio. 2019. 61 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA), Goiânia, 2019.

Recebido em: 16 de setembro de 2025.

Aprovado em: 14 de abril de 2026.

ⁱ Paula Maria Zanotelli. Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - PPGEdu/UFRGS, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. A autora conta com apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) para a realização deste trabalho, através de afastamento para qualificação.

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0577794061553946>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-3224-098X>

E-mail: paula.zanotelli16@gmail.com

ⁱⁱ Maria Clara Bueno Fischer. Doutora em Educação pela Universidade de Nottingham. Pesquisadora Cnpq. Professora do Departamento de Estudos Especializados da Faculdade de Educação da UFRGS. Atua no PPG Educação na Linha de Pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Educação e no curso de Pedagogia na área de Educação de Jovens e Adultos.

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3835786000876089>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2289-5282>

E-mail: mariaclara180211@gmail.com